

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.901 - MG (2019/0301097-2)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : VICTOR PEREIRA (PRESO)
ADVOGADO : DIEGO MOREIRA FLORENTINO - MG160104
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por VICTOR PEREIRA contra acórdão proferido pela 8ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.109406-9/000.

Noticiam os autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente desde o dia 16-07-2019, por ter, supostamente, cometido o delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Aduz a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que o recorrente se encontra preso há mais de 71 (setenta e um) dias e a audiência foi designada para o dia 09/10/2019, a ponto de restar configurado o excesso de prazo de sua custódia cautelar, ressaltando que a defesa não teria contribuído para a demora na entrega da prestação jurisdicional.

Requer, em síntese, o provimento do reclamo para que seja relaxada a prisão preventiva do recorrente, colocando-o em liberdade, em virtude do apontado excesso de prazo.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, em princípio, há fundamentação para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, diante da razoabilidade da duração do processo, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls. 61-62):

[...]

Em que pese as alegações do Impetrante, verifica-se que o feito vem seguindo o seu curso normal, já tendo o Paciente sido notificado para oferecer defesa preliminar.

Ressalto que, desde que se observem os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e a individualidade do processo, que envolve, dentre outros tópicos, sua complexidade, exigirá maior ou menor tempo em cada fase.

[...]

No caso em tela, a Autoridade apontada como coatora informou o oferecimento de denúncia, tendo o Paciente sido notificado para apresentar Defesa Preliminar.

Desta feita, constata-se que o processo vem seguindo o seu curso normal, não havendo, portanto, que se falar em excesso de prazo para a formação da culpa.

Superior Tribunal de Justiça

[...]

Assim sendo, a alegação de que o feito se estende por mais de 50 (cinquenta) dias, não caracteriza o alegado excesso de prazo na formação a culpa.

Com esteio nessas considerações, não verificando o alegado constrangimento ilegal e presentes os requisitos autorizadores da manutenção da medida excepcional, não vejo como dar azo à pretensão.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator